

USP – AS ÚLTIMAS DÉCADAS

José Goldemberg

A Universidade de São Paulo passou, nas últimas décadas, por duas importantes transformações estruturais que a modernizaram e permitiram que continuasse a ocupar uma posição de liderança incontestada no cenário nacional.

A primeira delas foi a imposta pelo governo militar, em 1969, extinguindo as cátedras, criando a estrutura departamental e os Institutos Básicos. Acompanhada de cassações e aposentadorias forçadas de um número significativo de professores, esta reforma – apesar de seus aspectos modernizantes, não devidamente apreciados na ocasião – teve um enorme efeito desmoralizador, cujas conseqüências foram sentidas na USP por muitos anos.

Coube ao professor Miguel Reale, indicado como Reitor em 1970 através de um processo que pouco teve de democrático, implantar a Reforma e tentar estabelecer um ambiente de trabalho tolerável na universidade. Durante seu período como reitor, de 1970 a 1973, as obras da Cidade Universitária tiveram grande impulso com a transferência para aquele *campus* de diversas unidades e a consolidação dos Institutos Básicos como Matemática, Física, Química, Ciências Biomédicas e Geociências. Apesar de sua origem autoritária, o professor Reale defendeu a universidade da interferência aberta dos órgãos de segurança e criou condições para uma certa tranquilidade das atividades universitárias, o que permitiu que ela se beneficiasse do esforço do governo federal em áreas tecnológicas nas quais ti-

na interesse especial através da ação da FINEP, Comissão Nacional de Energia Nuclear e CNPq. Pouco progresso ocorreu nas áreas das Ciências Humanas, apesar de ter sido criada, na época, a Escola de Comunicações e Artes.

Seus sucessores na Reitoria, professores Orlando Marques de Paiva (1974-1977), Waldyr Muniz Oliva (1977-1980) e Hélio Guerra Vieira (1981-1985), tentaram prosseguir no mesmo caminho, realizando, porém, administrações essencialmente burocráticas, enfrentando resistências crescentes das associações de docentes, alunos e funcionários. Além de problemas salariais, foi-se gerando grande insatisfação com os métodos pouco democráticos de escolha dos dirigentes universitários e do próprio reitor, de modo que os períodos pré-eleitorais se caracterizaram por amplos debates e tentativas de organização de listas sêxtuplas para os cargos de direção que se originassem na “comunidade” universitária.

Com o declínio do regime autoritário, aos níveis nacional e estadual, estes movimentos ganharam grande impulso, levando o reitor a uma posição crescentemente imobilista, e, por essa razão, o período 1975-1985 se caracteriza como uma década de estagnação e perda de vitalidade da USP.

Com a eleição do governador Franco Montoro, em fins de 1982, as condições políticas no estado de São Paulo melhoraram muito do ponto de vista de uma maior participação democrática, e a escolha do reitor, em 1985, refletiu estas novas condições.

Houve, na época, o sentimento claro de que era preciso sacudir a universidade para reerguê-la aos níveis de desempenho que ela havia tido no passado.

Os três setores da universidade (docentes, estudantes e funcionários) elegeram listas sêxtuplas de candidatos. Venceu entre os docentes o professor José Goldemberg, que pareceu reunir, na ocasião, melhores condições de atender os seus anseios. Escolhido pelo governador, o professor Goldemberg exerceu a Reitoria de 1986 a 1989, período no qual os Estatutos da Universidade foram reformados, ganhando a feição institucional que têm hoje.

Ao mesmo tempo, o reitor obteve um empréstimo de US\$ 60 milhões do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o que permitiu a retomada

de obras na Cidade Universitária e nos *campi* do interior, reequipando e modernizando os laboratórios de diversas unidades e, sobretudo, promovendo a “informatização” da universidade, tanto na área de pesquisa como na administrativa.

As transformações mais significantes foram, porém, no campo institucional – consubstanciadas no novo Estatuto –, e o esforço que se fez para elevar o nível científico dos docentes e departamentos e seu desempenho.

No campo institucional, algumas das inovações foram:

- i. maior participação dos representantes dos estudantes e funcionários nos órgãos de direção da universidade (20% de estudantes e 10% de funcionários no Conselho Universitário);
- ii. listas tríplexes para a escolha de dirigentes (inclusive reitor) em lugar de listas sêxtuplas, como anteriormente, batalha esta já vencida no Supremo Tribunal Federal, em que a USP teve reafirmada sua autonomia para a escolha de dirigentes;
- iii. promulgação do novo Estatuto pelo reitor da universidade no exercício pleno da autonomia universitária e não pelo governador.

Tão importantes como estas inovações foi, porém, a obtenção da autonomia financeira real da USP (e das demais universidades estaduais) através de decreto do governador, alocando uma fração determinada do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) para as universidades. Com isso, foram assegurados recursos estáveis (mesmo que insuficientes) para permitir um planejamento mais sério nas universidades públicas e criar um senso de responsabilidade maior entre os reitores. Isto é o que se conseguiu fazer em São Paulo, onde uma porcentagem fixa dos impostos é alocada às universidades. Desta forma, a “irresponsabilidade cívica” tão comum entre os reitores das universidades federais, que criam despesas e depois correm ao ministro da Educação para suplementar suas verbas, acabou. Os reitores de São Paulo, de modo geral, sabem com que recursos podem contar e não se arriçam a ir além deles autorizando expansões irresponsáveis, mesmo quando pressionados por greves e movimentos corporativos.

Além disso, um enorme esforço foi feito para elevar os padrões de desempenho e o nível geral do trabalho científico dos pesquisadores da USP.

Pelas suas origens e longa tradição (pelos padrões brasileiros) de mais de 60 anos, as finalidades da universidade são a docência, pesquisa e prestação de serviços à comunidade, que provêm da concepção de universidade do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” no início da década dos 30.

“A educação superior ou universitária (...) deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a tríplice função que lhe cabe de

elaboradora ou criadora de ciência (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de

vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes”.

Observe-se que não constava do ideário dos Pioneiros a “prestação de serviços à comunidade”, eufemismo usado freqüentemente como meio de assegurar posições ou empregos em certos setores da universidade. Várias destas atividades, como atendimento hospitalar e odontológico gratuitos à população, creches e outros serviços fortemente subsidiados, caem na categoria de assistência social, que pode ser necessária, mas que deveria ser coberta com recursos de outra origem que não os dedicados à educação pública.

A melhoria dos padrões e desempenho da universidade passa claramente por avaliações externas para evitar o corporativismo dos departamentos e outros setores. Esta questão se revelou extremamente controvertida, o que reflete o quanto as universidades brasileiras e a própria USP se tornaram, na prática, verdadeiras “repartições públicas”, imitando freqüentemente empresas estatais que evitam um escrutínio maior da sociedade sobre suas atividades.

Nos países mais avançados os padrões são estabelecidos por publicações em revistas científicas de alto nível (que submetem os artigos recebidos a um exigente sistema de *referees* não identificados) ou pelas organizações de amparo à pesquisa (governamentais ou fundações privadas do tipo Fapesp ou VITA no Brasil) e que só aprovam recursos para pesquisas após aprofundado julgamento. A resistên-

cia de certos setores da USP em se submeter a avaliações propondo duvidosas “auto-avaliações” chega às raias do absurdo, como foi demonstrado pela polêmica provocada pelo reitor ao iniciar a publicação de um relatório contendo a produção acadêmica dos docentes todos os anos. É bem verdade que tal publicação – pelo simples fato de existir – demonstraria claramente que muitos docentes são mais ativos e criadores do que outros, e a tentativa que foi feita de evitar que isto acontecesse (ou de desqualificá-la atribuindo-lhe propósitos “polícialescos”) mostrou o empenho de certos setores da universidade em esconder a sua mediocridade.

O fato do ICMS crescer pouco nos últimos anos (e conseqüentemente os recursos das universidades) levou a movimentos reivindicatórios e greves de eficácia muito duvidosa porque é simplesmente inapropriado tentar trazer para dentro das universidades as táticas de luta sindical que tiveram sucesso em São Bernardo ou Santo André. Não deixa de ser encorajador verificar, porém, que mais recentemente um grande número de docentes tenha percebido isto e que certos líderes sindicais reconheçam agora, um pouco embaraçados, que sua luta não era em defesa da universidade, mas tinha por objetivo a mobilização política dos docentes.

A remuneração, na visão de alguns docentes, não deve ser tratada na base do mérito individual, mas numa pretensa isonomia que não existe nos demais setores da sociedade, que reflete uma visão burocrática da universidade que acaba por transformá-la numa repartição pública. O que a isonomia salarial tem conseguido – em nome da equidade – é achatá-lo salário dos mais qualificados. Uma das formas de melhorar os salários é a adoção do regime de turno completo e a permissão de um dia por semana para consultoria para os professores que trabalham em regime de dedicação exclusiva, que foi adotada na USP na gestão do professor Goldemberg, apesar de míope oposição de certos setores.

Com o salto qualificativo e quantitativo realizado no período 1986-1989 a USP se modernizou, mas vários dos avanços conseguidos estão ameaçados por três problemas não resolvidos:

o número crescente de aposentadorias “preco-

Quando o mérito tem prioridade, questões como isonomia e igualitarismo perdem o sentido e acabam por se transformar num obstáculo corporativo. Segundo Hobsbawn, uma das maiores conquistas da Revolução Francesa de 1789 foi justamente abrir ao talento inúmeras carreiras antes exclusivamente nas mãos de uma reduzida minoria de aristocratas.

ces” que a Constituição autoriza e que está aumentando desmesuradamente a folha de pagamento dos inativos (que são pagos com recursos da própria universidade). A solução para este problema é mudar a Constituição (o que não é fácil) ou criar um sistema próprio de aposentadoria atuarialmente correto para os professores e funcionários;

a estabilidade quase absoluta e total que gozam os funcionários e professores das universidades, antes mesmo de concursados. É razoável que uma fração pequena dos professores mais titulados sejam protegidos por estabilidade funcional (como juízes) para assegurar sua autonomia intelectual e de pesquisa – sobretudo em períodos de governo autoritário. O que é absurdo – e uma distorção completa – é o que os interesses corporativos fizeram estendendo a estabilidade para todos;

a multiplicação desmesurada de cursos de pós-graduação ou mesmo de graduação em áreas que não têm justificativa social nenhuma nem demanda. Isto ocorre em nome de uma visão abstrata de que a universidade tem que cobrir todas as áreas, o que não é o caso na maioria dos lugares do mundo, nem estava ligado ao próprio conceito de universidade quando elas foram criadas, no século 12. A defesa destas teses provêm freqüentemente de interesses muito localizados.

Não resta a menor dúvida de que o Estado (isto é, o governo federal e o estadual) atingiu o limite possível dos dispêndios destinados à educação superior e que há outras áreas prioritárias, como educação fundamental, saúde, habitação, transportes e segurança, que necessitam recursos crescentes.

O governo federal despende hoje mais de R\$ 5 bilhões por ano com as universidades federais, além de R\$ 1 bilhão em bolsas de estudo e subvenção à

pesquisa, o que é uma fração significativa do orçamento federal.

A Universidade de São Paulo recebeu, em 1996, cerca de 700 milhões de reais diretamente do estado de São Paulo, mais cerca de 400 milhões em bolsas de estudo e auxílios, o que não é pouco (20.000 reais por aluno), mesmo quando comparado com o que recebem as universidades americanas. Daqui para a frente ela só pode avançar – expandindo seus centros de pesquisa, laboratórios, bibliotecas e instalações – pelo exercício do mérito que irá atrair inversões de recursos privados, que é uma área praticamente inexplorada no Brasil.

Quando o mérito tem prioridade, questões como isonomia e igualitarismo perdem o sentido e acabam por se transformar num obstáculo corporativo. Segundo Hobsbawn, uma das maiores conquistas da Revolução Francesa de 1789 foi justamente abrir ao talento inúmeras carreiras antes exclusivamente nas mãos de uma reduzida minoria de aristocratas (aproximadamente 400 mil pessoas numa população total de 23 milhões). A “explosão” de oportunidades no exército revolucionário francês (onde a promoção em todos os casos passou a ser por mérito) e nos negócios criou uma classe média francesa que modernizou aquele país.

É por essa razão que propostas de reformas cujo corporativismo é indisfarçável, como “eleições diretas para reitor”, “estabilidade para todos”, “promoções automáticas” (como ocorreu nas universidades federais), “aumentos salariais pelo piso”, que não colocam o mérito como prioritário, são obstáculos à modernização da USP, que necessita de um “terceiro salto” – um salto de qualidade –, além dos dois descritos acima para enfrentar os desafios da século 21.

José Goldemberg foi reitor da Universidade de São Paulo de 1986 a 1989.